

ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	20
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	22
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	125
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	153

▪ LINDB

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	166
---	-----

▪ CÓDIGO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941.....	172
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	173
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (EXCERTOS)	182
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL.....	194
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	196

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941.....	254
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	256
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	262
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	265

▪ CÓDIGO PENAL MILITAR (EXCERTOS)

CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 (EXCERTOS).....	346
---	-----

▪ CÓDIGO ELEITORAL (EXCERTOS)

CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS).....	348
---	-----

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (EXCERTOS)

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS)	356
---	-----

▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (EXCERTOS)

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (EXCERTOS).....	360
---	-----

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (EXCERTOS)

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 (EXCERTOS).....	366
--	-----

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (EXCERTOS)	370
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.....	395
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	413
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB.....	433
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	442
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.....	453
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	460
ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025	475

▪ LEGISLAÇÃO CORRELATA

LEGISLAÇÃO CORRELATA.....	486
---------------------------	-----

▪ SÚMULAS

SÚMULAS VINCULANTES	1014
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1015
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1019

▪ ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – DIREITO PENAL	1026
---	------

▪ PRECEDENTES QUALIFICADOS DO STF E DO STJ

TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL – STF	1112
RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS – STJ	1120

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

▪ DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 486
Lei das Contravenções Penais.

DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 529
Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.

▪ DECRETOS

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 590
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002 724
Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 842
Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019 (EXCERTOS) 849
Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023 905
Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.

DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023 918
Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.

DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 937
Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

DECRETO Nº 11.843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 947
Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 989
Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

DECRETO Nº 12.622, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 991
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.

DECRETO Nº 12.880, DE 18 DE MARÇO DE 2026 992
Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 612
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.....	691
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.....	702
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	719
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
▪ LEIS ORDINÁRIAS	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	491
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	492
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951.....	499
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.508, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951.....	500
<i>Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei nº 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951.....	500
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	502
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.....	503
<i>Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965.....	514
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965.....	517
<i>Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.</i>	
LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 (EXCERTOS).....	529
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967.....	532
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978.....	532
<i>Dispõe sobre os Serviços Postais.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.....	538
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.....	548
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	553
<i>Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.....	553
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986.....	575
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.....	578
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	579
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	582
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990.....	583
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	586
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	587
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991.....	590
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.....	601
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993.....	612
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.....	633
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996	641
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.....	643
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 (EXCERTOS)	647
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.....	648
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	651
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	652
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	680
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	689
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.....	694
<i>Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999	699
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	722
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 (EXCERTOS).....	724
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003.....	758
<i>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	759
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005.....	761
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.....	768
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.....	775
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008.....	789
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.....	790
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.....	793
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	796
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.....	798
<i>Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	798
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	799
<i>Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	799
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013.....	803
<i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013.....	806
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	812
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	

LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.....	812
<i>Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.</i>	
LEI Nº 13.106, DE 17 DE MARÇO DE 2015.....	815
<i>Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016.....	815
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016.....	817
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017.....	817
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.....	821
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.477, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.....	841
<i>Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.....	845
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.....	852
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022.....	898
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS).....	916
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.....	939
<i>Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.</i>	
LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	939
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.....	950
<i>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</i>	
LEI Nº 14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.....	963
<i>Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não – Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).</i>	
LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.....	964
<i>Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	

LEI Nº 14.899, DE 17 DE JUNHO DE 2024	969
<i>Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para determinar que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) armazene dados e informações para auxiliar nas políticas relacionadas com o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.944, DE 31 DE JULHO DE 2024	971
<i>Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).</i>	
LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	979
<i>Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 15.358, DE 24 DE MARÇO DE 2026	1001
<i>Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e 14.790, de 29 de dezembro de 2023.</i>	
■ PORTARIA	
PORTARIA MF Nº 75, DE 22 DE MARÇO DE 2012	795
<i>Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</i>	
■ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	834
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 484, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	902
<i>Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 558, DE 6 DE MAIO DE 2024	965
<i>Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.</i>	